



Boletim 206 – Setembro 2014

NOSSA OPINIÃO



Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores

Há 10 anos, o dia 21 de setembro foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores no Brasil. O principal objetivo era dar mais visibilidade aos inúmeros povos e comunidades que lutam contra as monoculturas de árvores, como uma forma de romper o ciclo de silêncio em torno das inúmeras violações que muitas comunidades cercadas por essas monoculturas enfrentam. O Dia foi criado também para divulgar tanto quanto possível as evidências que emergem dessas lutas de resistência sobre os impactos ambientais e sociais negativos dessas plantações. Esses impactos costumam ser ainda mais graves na vida das mulheres das comunidades atingidas. Devido à importância dessa decisão, o WRM decidiu em 2006 transformar este Dia em um Dia Internacional de Luta.

A CARA FEIA DE UMA ECONOMIA 'BIO':

PROMOVER AINDA MAIS DESMATAMENTO E A EXPULSÃO DOS POVOS



Fábricas de árvores: um panorama dos impactos e interesses por trás das árvores transgênicas

O debate sobre organismos transgênicos tem-se centrado principalmente em culturas agrícolas. No entanto, o fato de que os frutos de essas árvores não serão comidas não significa que as árvores transgênicas sejam menos perigosas. Pelo contrário, como as árvores vivem mais do que as culturas agrícolas, poderia haver mudanças imprevistas no seu metabolismo muitos anos depois de terem sido plantadas. As árvores transgênicas são projetadas para ser plantadas em grandes monoculturas industriais de árvores, que já têm sérios impactos sobre as pessoas e as florestas. E essas árvores vão aumentar esses impactos.



Cuidado com a ‘bioeconomía’

A “bioeconomia” é uma estratégia industrial que está sendo agressivamente promovida pelo agronegócio e pelas indústrias de silvicultura e biotecnologia. Eles visualizam uma nova ordem econômica na qual um conjunto de tecnologias e arranjos econômicos que pode literalmente transformar cavacos de madeira, cana-de-açúcar, algas e outros estoques de biomassa em combustíveis líquidos, produtos químicos produzidos em grande quantidade e energia elétrica que compõem as nossas economias de produção. O crescimento dessa “bioeconomia” vai inevitavelmente colidir e entrar em conflito com a proteção da vida e dos meios de subsistência local.



Pesquisa com árvores transgênicas avança na Ásia

O WRM acaba de atualizar um documento elaborado em 2008, apresentando uma visão geral, país por país, da pesquisa com árvores transgênicas ou geneticamente modificadas (GM). Esse panorama contém informações resumidas de 24 países em que esse tipo de pesquisa está sendo feita. Os principais objetivos da pesquisa são buscar formas de melhorar a resistência das árvores transgênicas a doenças, a qualidade de sua madeira e seu uso para fins de bioenergia. A maioria dos 750 testes de campo registrados em todo o mundo até agora, a maioria com espécies de eucalipto, álamo e pinho – excluindo árvores frutíferas – está ocorrendo nas Américas, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil. Em ambos os países, a liberação comercial de eucaliptos transgênicos está perigosamente próxima. No entanto, é importante prestar mais atenção também a outros continentes. A arriscada pesquisa com árvores transgênicas, principalmente com álamo, eucalipto, seringueira e dendezeiro, está avançando na Ásia. A China é líder, como país com o segundo maior número de testes de campo em todo o mundo e a primeira liberação comercial de álamos transgênicos.



O apoio da UE à bioenergia à base de madeira é combustível para a destruição florestal e a concentração de terras

Em 2009, a União Europeia (UE) estabeleceu uma meta de energia renovável de 20% para 2020. A previsão é que a maior parte da meta seja cumprida a partir da queima de biomassa, principalmente madeira. Em grande parte da Europa, queima-se madeira para aquecimento e eletricidade. Como resultado disso, a demanda da UE por madeira – já insustentavelmente elevada – começou a crescer substancialmente. As pressões sobre as florestas em toda a Europa estão aumentando. Por encima de isto, a atual demanda da UE por pellets de madeira supera em muito sua produção.



Árvores projetadas para se despedaçar? A utilização de celulose de madeira para combustíveis

Em nível global, muitas pessoas dependem da madeira como combustível para cozinhar e para calefação, mas, cada vez mais, os interesses comerciais e industriais também estão recorrendo à madeira para produzir a chamada “bioenergia”. Enormes usinas a carvão na União Europeia e nos EUA estão fazendo combustão mista de grandes quantidades de madeira junto com o carvão. Enquanto isso, é mais difícil converter madeira em combustível líquido para o transporte. A indústria e os defensores de uma “economia de base biológica” dependem muito de combustíveis líquidos à base de madeira e outros, em seus cenários de uso futuro desses combustíveis líquidos. Grandes quantidades de dinheiro foram empregadas em pesquisa e desenvolvimento ao longo de muitos anos e, mesmo assim, ainda não existe produção comercial significativa de combustíveis líquidos derivados da madeira.



Uganda: Plantações voltadas ao carbono geram benefícios a investidores estrangeiros e certificadores, enquanto as comunidades pagam o preço da perda de seus modos de subsistência

Sob o nome de “Reserva Florestal de Kikonda”, a plantação comercial de árvores localizada no Distrito de Kiboga, o “corredor do gado” do Centro-Oeste de Uganda, abrange 12.182 hectares de terras de propriedade da Autoridade Florestal Nacional do país. Contudo, a terra é gerenciada pela empresa privada de capital aberto alemã Global-Woods AG. O projeto da plantação começou em 2002, com um contrato de arrendamento de 49 anos para “plantar árvores”, concedido pela Autoridade Florestal. A cada ano, cerca de um milhão de árvores são plantadas em uma área de 1.000 hectares, com o objetivo de capturar o dióxido de carbono da atmosfera e “armazená-lo”, bem como de produzir madeira serrada e madeira para combustível.



Honduras: criminalização do povo garífuna que defende seu território contra o avanço do dendê

Na época colonial, naufragos africanos chegaram às costas do Caribe, onde habitava o povo kalinagu, ou caribe. Dessa fusão, surgem a linguagem, a religião e as tradições garífunas. Diante da pressão das empresas bananeiras transnacionais que estavam interessadas na exploração dessas terras, as comunidades começaram a sofrer a perda de seus territórios. Sem ouvir as reivindicações do povo garífuna, o Estado permite que, quase cem anos depois, a história se repita: de um enclave bananeiro se passa a um enclave dendezeiro. Atualmente, o povo garífuna decide retomar suas terras e fazer valer seus títulos comunitários.

Árvores transgênicas: Ameaçando florestas nativas dos Estados Unidos



Uma árvore transgênica é aquela cujo DNA foi alterado pelo uso de técnicas de engenharia genética. Na maioria dos casos, o objetivo é introduzir na planta um novo atributo que não ocorre naturalmente na espécie, como a resistência a uma determinada praga ou a um herbicida. A comercialização de árvores transgênicas, como o eucalipto e o álamo, teria implicações ambientais e sociais grandes e irreversíveis. A pesquisa em biotecnologia com árvores tem recebido apoio do governo dos Estados Unidos e milhões de dólares em financiamento. Os canteiros experimentais com plantações de árvores transgênicas no país abrangem 19 estados e mais de 250 hectares de testes de campo.

POVOS EM AÇÃO



Honduras: Fórum-oficina denuncia os impactos da expansão do dendê (palma). “Nos enchem de dendê e nos deixam sem comer”



Mobilização e organização para deter a captura corporativa da cúpula climática convocada por Ban Ki-moon, em Nova York, nos Estados Unidos



A campanha “Parem as Árvores Transgênicas” exige que o FSC mantenha as árvores transgênicas fora!

Perú: Exija justiça para os líderes tribais da Amazônia assassinados por madeireiros



França: Organizações de base alertam os participantes do Simpósio Internacional sobre Agroecologia para Segurança Alimentar e Nutrição, organizado pela FAO

RECOMENDADOS



Pronunciamento internacional de solidariedade ao povo hondurenho diante da expansão das plantações de dendê em seus territórios



Tailândia: populações da floresta precisam de uma voz



“Planet Palm Oil: peasants pay the price for cheap vegetable oil”, uma publicação de GRAIN,



China: Maior esquema de reflorestamento do mundo não protege as florestas naturais e ameaça ainda mais



Brasil: organizações brasileiras entregam carta contra uso comercial de eucalipto transgênico pela Suzano, mas só depois da audiência pública



Publicação “Nuevas tendencias en la expansión de monocultivos industriales de árboles en América Latina”, produzida pelo WRM



Madeira Indonésia: floresta de turfa desmatada não tem alto valor de conservação

NOSSA OPINIÃO

21 de Setembro de 2014: Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores



Desmantelemos o poder das empresas transnacionais de plantações!
Não existe uma “monocultura inteligente”: apoiamos a Mobilização Climática dos Povos!

Há 10 anos, o dia 21 de setembro foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, durante um encontro de 250 membros de comunidades atingidas pelas plantações de monocultura de eucalipto em larga escala no Brasil. O principal objetivo era dar mais visibilidade aos inúmeros povos e comunidades que lutam contra as monoculturas de árvores, como uma forma de romper o ciclo de silêncio em torno das inúmeras violações que muitas comunidades cercadas por essas monoculturas enfrentam. O Dia foi criado também para divulgar tanto quanto possível as evidências que emergem dessas lutas de resistência sobre os impactos ambientais e sociais negativos dessas plantações. Esses impactos costumam ser ainda mais graves na vida das mulheres das comunidades atingidas. Devido à importância dessa decisão das comunidades brasileiras, o WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais) decidiu em 2006 transformar este Dia em um Dia Internacional de Luta.

Este ano, o 21 de setembro também é um dia de grandes mobilizações por Justiça Climática. Milhares de pessoas se unirão à Mobilização Climática dos Povos, enquanto os representantes políticos – e cada vez mais também os representantes corporativos – se reúnem na sede das Nações Unidas (ONU) na cidade de Nova York, Estados Unidos, para participar na Cúpula Climática convocada pelo Secretário Geral, Ban Ki Moon. Esta Cúpula representa mais um passo no sentido da captura corporativa das negociações sobre o clima das Nações Unidas, bem como da privatização da terra, da água e do ar, com a promessa de lograr um acordo sobre a problemática do clima.

A iniciativa chamada de ‘Agricultura Climaticamente Inteligente’ será lançada nesta Cúpula pela ONU e outras organizações internacionais. Este conceito é uma frase vazia que está sendo utilizada para tingir de verde às piores práticas da agricultura industrial: os fertilizantes sintéticos, a produção industrial de carne e os cultivos geneticamente modificados, tais como as plantações de árvores ou monoculturas, camufladas como ‘climaticamente inteligentes’. Os partidários desta perigosa falsa solução, como o Banco Mundial, estão

buscando converter o carbono dos campos das e dos camponeses em créditos de carbono, o que representaria o avanço do ‘cercamento’ dos territórios e o enfraquecimento das verdadeiras soluções à crise climática.

O avanço das plantações em larga escala de árvores de eucalipto, pinus, acácia, seringueira e palma africana (dendê), que poderiam ser definidas como climaticamente inteligentes no caso de que prospere a proposta que está sendo discutida na Cúpula do Clima em Nova York, é, na realidade, um processo de aprofundamento da acumulação de capital movido por empresas – muitas vezes transnacionais e cada vez maiores – sobre os territórios. Algumas dessas empresas são Stora Enso, UPM, Arauco, APP/Sinar Mas, APRIL, Bridgestone/Firestone, Wilmar, OLAM e Sime Darby. A produção obtida serve para fins industriais e de exportação, e a expansão tem ocorrido em um ritmo devastador. Desde 1980, a área dessas plantações no mundo quadriplicou, com crescimento em especial das monoculturas de eucalipto e de dendê nos países do Sul. Se não fosse a resistência das comunidades camponesas, dos povos indígenas e outras em muitos lugares e países, essa expansão provavelmente teria sido ainda maior.

As grandes empresas transnacionais são as principais responsáveis pelos problemas que as plantações causam: a tomada de controle sobre territórios e bens comuns; a destruição de espaços biodiversos e os modos de vida associados; o secamento e contaminação por agrotóxicos de rios, córregos e poços; o empobrecimento e a erosão dos solos; condições de trabalho degradantes; um crescente processo de financeirização da natureza sobre as terras e a produção. Apesar disso, essas empresas não apenas se empenham em negar e disfarçar sistematicamente todos esses processos de injustiça sócio-ambiental, como se consideram parte da “solução” destes problemas. Algumas das falsas soluções de mercado, ou, melhor dizendo, as soluções para o próprio capitalismo financeiro, aumentam as injustiças associadas às monoculturas, com uma série de iniciativas que legitimam as operações empresariais sem sua responsabilização pelos crimes e violações cometidos. Alguns exemplos desse engodo são os selos “verdes” de certificação como FSC (Conselho de Manejo Florestal) e RSPO (Mesa Redonda de Óleo de Dendê Sustentável), as mesas de “diálogo florestal”, onde a sociedade civil e as corporações forjam compromissos corporativos voluntários, e outras iniciativas chamadas de “sustentáveis”, como os falsos compromissos com o “desmatamento zero”. Se por um lado, essas iniciativas podem resultar em ações que levem a algumas melhorias de curto prazo em favor de comunidades, elas têm sobretudo levado à divisão e frustração das comunidades, quando prometem “compensações” que não atendem suas demandas principais para garantir seu modo de vida (como a devolução dos seus territórios e a recuperação da biodiversidade destruída pelas plantações) e permitem a perpetuação das injustiças ambientais causadas pelas monoculturas.

Essas iniciativas são “voluntárias”, ou seja, legalmente não são obrigatórias e, portanto, não estão geridas por um marco institucional democrático que vise a proteger os direitos dos povos atingidos. Assim, sem tentar mudar as lógicas destrutivas do capital, estas iniciativas acabam legitimando a expansão de um modelo de produção que podemos chamar de neocolonial, já que destroem modos de vida, estão estruturadas pelo racismo ambiental e não questionam algumas de suas características básicas, como a concentração de terras e a produção na forma de monocultura em larga escala com uso de venenos e condições de trabalho degradantes. Além disso, as iniciativas e compromissos “verdes” e “sustentáveis” não impedem as grandes empresas do setor de continuar a expandir ainda mais as plantações sobre os territórios.

Uma dimensão de crescente gravidade são as monoculturas de árvores “flexíveis” (flex trees), ou seja, plantações de árvores que geram usos e/ou commodities diferentes (produção de energia, madeira, alimentos, captura de carbono, etc.), percebidos como intercambiáveis. Esse caráter “flexível” interessa sobretudo ao capital financeiro que promove cada vez mais, em conjunto com as transnacionais da monocultura, a especulação em cima do controle e dos usos da produção das terras. Elas continuam insistindo no uso comercial de árvores transgênicas, em outros usos de madeira para fins de energia e para vender “serviços ambientais” como o carbono. Todos estes usos são falsas soluções para a crise ambiental e climática que as

sociedades humanas enfrentam hoje e acabam aprofundando as injustiças e espalhando ainda mais a fome e a miséria. As monoculturas e as culturas transgênicas não são inteligentes, e sim uma estratégia a mais do capitalismo 'verde' para tomar o controle sobre os territórios dos povos, minando a aqueles que constroem as verdadeiras soluções para as crises climática, social e ambiental.

Para enfrentar os impactos que as grandes empresas causam e a expansão das plantações, devemos continuar impulsando a transformação desse modelo de produção e combatendo as políticas neoliberais que são impostas em favor do capital. Um passo importante é que juntemos forças no marco da “[Campanha para Desmantelar o Poder Corporativo](#)” para construir e fortalecer instrumentos que acabem com a arquitetura da impunidade e legitimação da qual as empresas desfrutam hoje. A Campanha parte das lutas das comunidades que resistem à invasão dos seus territórios ou lutam para expulsar as corporações de seus territórios, reivindicando o direito dos povos à autodeterminação de seus modos de vida. A reforma agrária e o reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas e de outras populações tradicionais e camponesas ao redor do mundo são ações necessárias e urgentes para avançar na luta pela soberania alimentar, a justiça social e ambiental, e construir o poder popular.

Não podemos finalizar esta declaração sem fazer uma homenagem às mulheres e aos homens que em todo o mundo lutam diariamente e de diferentes formas contra as monoculturas de árvores, e que já alcançaram importantes vitórias na defesa e na retomada de seus territórios com toda a biodiversidade que precisam para sua sobrevivência física e cultural. Essas mulheres e homens travam essas lutas árduas e sofridas para gerar vida e construir um futuro, contrastando com a voracidade de grandes empresas e investidores que buscam essas mesmas terras para gerar lucros para seus acionistas.

“Plantações não são Florestas!”

“As monoculturas não são inteligentes!”

21 de Setembro 2014

Campanha para Desmantelar o Poder Corporativo

La Via Campesina

Marcha Mundial das Mulheres

Amigos da Terra Internacional

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

A CARA FEIA DE UMA ECONOMIA 'BIO':
PROMOVER AINDA MAIS DESMATAMENTO E A EXPULSÃO DOS POVOS

Fábricas de árvores: um panorama dos impactos e interesses por trás das árvores transgênicas



A engenharia genética permite aos cientistas modificar árvores inserindo material genético de outra árvore da mesma espécie, de outra espécie de árvore, ou simplesmente de outra espécie. As tentativas de comercializar árvores transgênicas feitas por empresas de pesquisa e de plantações nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países representam um enorme risco para as florestas do mundo.

Até agora, o debate sobre organismos geneticamente modificados (OGMs) – também conhecidos como transgênicos – tem-se centrado principalmente em culturas agrícolas, e só em muito menor medida, em árvores transgênicas. Nosso foco neste boletim não está na engenharia genética de árvores frutíferas, como mamoeiro ou macieira, mas nas árvores de eucalipto, pinos, acácia e álamo usadas na monocultura industrial em grande escala, principalmente no Sul Global. No entanto, o fato de que essas árvores não serão comidas – embora o mel produzido a partir de eucaliptos transgênicos possa ser contaminado – não significa que as árvores transgênicas sejam menos perigosas. Pelo contrário, como as árvores vivem mais do que as culturas agrícolas, poderia haver mudanças imprevistas no seu metabolismo muitos anos depois de terem sido plantadas. Por exemplo, já há trabalho em andamento com árvores transgênicas para impedir sua floração, com o suposto propósito de evitar a possível contaminação das árvores naturais com pólen transgênico. O problema é que ninguém pode garantir que, 20 ou 30 anos depois de terem sido plantadas, nenhuma das milhares ou milhões de árvores transgênicas florescerá e contaminará árvores normais da mesma espécie. O impacto disso sobre as espécies em questão, sobre a floresta como um todo e sobre as comunidades que dependem dessas florestas poderia ser devastador.

Cientistas que mexem em genes para “melhorar” as árvores estão, na verdade, mudando certos atributos genéticos dessas árvores para melhor servir aos interesses daqueles que estão financiando essas pesquisas – principalmente grandes empresas de plantação de árvores – ao aumentar a rentabilidade das empresas envolvidas. Uma árvore transgênica resistente a herbicidas, por exemplo, não “melhora” coisa alguma – e sim o contrário. Essa árvore modificada permite muita fumigação de herbicidas e, como resultado, isso irá danificar o solo, destruir a flora local, envenenar a fauna, poluir a água e afetar gravemente a saúde e os meios de subsistência das populações locais.

Quem está promovendo as árvores transgênicas e por quê?

Grande parte das pesquisas que os cientistas estão realizando com árvores transgênicas interessa

principalmente à indústria de papel e celulose. Teoricamente, as árvores geneticamente modificadas permitiriam que as fábricas de celulose cultivassem mais fibra em menos tempo. Os pesquisadores estão trabalhando em árvores transgênicas resistentes a doenças, já que as grandes plantações de monoculturas são particularmente suscetíveis a elas. Árvores manipuladas para ser estéreis cresceriam mais rápido, pois concentrariam sua energia no crescimento e não na produção de flores. A indústria de celulose e papel também está interessada em árvores transgênicas com fibra mais uniforme, menos galhos, e troncos mais retos. O objetivo da indústria é substituir suas plantações de árvores atuais por árvores transgênicas, que crescem mais rápido, contêm mais celulose, são resistentes a herbicidas, insetos e fungos, resistem a secas e baixas temperaturas e não florescem.

As empresas de combustíveis e relacionadas à energia também estão se interessando cada vez mais pela manipulação genética de árvores. Árvores transgênicas de crescimento mais rápido, com menos lignina, seriam menos fibrosas, permitindo um processo mais fácil para transformar a celulose da madeira em um combustível líquido (etanol). Isso pode resultar na criação de imensas plantações de árvores transgênicas para produzir celulose, que, por sua vez, seria convertida em etanol. Além disso, a queima de pellets de madeira está sendo promovida em grande parte da UE como “energia renovável”, o que aumenta a demanda por madeira e promove mais projetos de plantação de árvores no Sul global. Enquanto isso, os pesquisadores estão procurando maneiras de manipular geneticamente árvores que absorvam e armazenem mais carbono, como uma suposta solução para a mudança climática.

Como isso aconteceu?

Historicamente, a indústria silvícola tem tentado “gerenciar” as florestas para atender às suas necessidades comerciais. Como resultado, foram estabelecidas plantações de árvores de uma única espécie, plantadas em linhas retas, uniformemente espaçadas, de modo a obter a maior quantidade possível de madeira por hectare. Isto levou à progressiva destruição de florestas e pastagens e à sua substituição por monoculturas industriais de árvores que nada produzem além de madeira.

Entretanto, isso não foi suficiente, e as empresas adotaram medidas diferentes para “melhorar” essas monoculturas. A Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) desempenhou um papel fundamental nesse sentido, começando com a definição de monoculturas como “florestas” e apoiando o estabelecimento dessas “florestas” no Sul. Ela também promoveu pesquisas sobre as espécies de árvores consideradas mais adequadas para o plantio – especialmente eucalipto e pinus – e foi também um dos principais veículos usados para convencer os governos sobre os supostos benefícios da promoção desses tipos de plantações em seus países.

O passo seguinte envolveu a adoção gradual do pacote completo da Revolução Verde, também apoiado pela FAO: crescente mecanização do trabalho silvícola e do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos para combater pragas ou doenças e herbicidas para evitar que outras plantas competissem com as árvores plantadas. Nesse meio tempo, a seleção genética tentou “melhorar” o desempenho das plantações em termos de rendimento de madeira, o que foi rapidamente seguido de hibridização e clonagem das árvores “melhores”. A partir dessa perspectiva reducionista, o próximo passo óbvio era modificar geneticamente as árvores.

Quais são os principais impactos e riscos?

A pesquisa com árvores transgênicas não está limitada aos laboratórios e aos testes “controlados”, também se estendendo ao campo, e com uma vasta gama de espécies. As árvores geneticamente modificadas são projetadas para ser plantadas em grandes monoculturas industriais de árvores, que já têm sérios impactos sobre as pessoas e as florestas. E essas árvores vão aumentar esses impactos. Aqui está uma pequena lista de

alguns dos muitos impactos graves:

- A contaminação genética de habitats: pólen e sementes das árvores transgênicas podem ser levados muito longe pelo vento, pela água ou por insetos polinizadores. Isto significa que podem contaminar facilmente árvores localizadas a uma longa distância. Por exemplo, um pínus transgênico resistente a insetos plantado no Chile pode acabar contaminando árvores dessa espécie em seu habitat natural nos Estados Unidos, matando insetos e causando sérios impactos sobre as cadeias alimentares a que estão vinculados. A propagação também pode se dar por meio de raízes, brotos e enxertos. Este é um dos maiores riscos associados a testes de campo e plantações comerciais de árvores transgênicas. Portanto, a regulamentação em nível nacional não seria suficiente devido à dispersão em grande escala.

- O aumento da pressão sobre as florestas nativas: embora o argumento de “produzir mais madeira em menos terra”, usado pelos defensores de árvores transgênicas, pareça convincente, a crescente demanda por madeira, em grande parte vinda do Norte global, também aumenta a pressão sobre as terras. Nas últimas duas décadas, a indústria de plantações já melhorou a produtividade das árvores sem o uso da engenharia genética, mas a área de plantações industriais de árvores não foi reduzida; ela quadruplicou no Sul global. Como as árvores podem ser manipuladas para crescer mais rápido, resistir a produtos químicos e insetos, e ser tolerantes a geadas, espera-se que elas aumentem os lucros das empresas, bem como ampliem o número de plantações. Os potenciais efeitos da liberação comercial das árvores transgênicas incluem a destruição da biodiversidade e da vida selvagem, a perda de água doce, a desertificação dos solos e impactos graves sobre a saúde humana – todos os quais, direta ou indiretamente provocam a degradação e o colapso de florestas e pastagens nativas.

- Mais água, mais produtos químicos, mais destruição: árvores modificadas geneticamente para crescer mais rápido provavelmente consumirão mais água do que as árvores usadas atualmente em plantações industriais. Isto levará a mais rios e córregos secos, mais redução dos lençóis freáticos e mais secagem de nascentes e poços. Nutrientes serão removidos do solo mais rapidamente, exigindo mais fertilizantes químicos. As árvores transgênicas crescerão mais rapidamente do que árvores nativas e podem ser muito invasivas às florestas circundantes, acumulando a vegetação e destruindo o habitat de animais e fungos que evoluíram para viver em florestas nativas.

- Aumento de violações dos direitos das comunidades locais: comunidades rurais, tradicionais e indígenas em países que promovem plantações de árvores transgênicas ou em torno deles suportarão o maior fardo dos impactos negativos. As árvores transgênicas potencializarão os já elevados interesses corporativos sobre terras e “recursos”. Ao ocupar imensas quantidades de terras e poluir os solos e cursos d’água próximos, as árvores transgênicas exacerbam direta ou indiretamente o deslocamento de mais comunidades de seus territórios, destruindo seus meios de subsistência, sua soberania alimentar e seu controle sobre seus próprios territórios.

- Riscos para a saúde humana: entre os impactos potenciais estão a exposição a produtos químicos perigosos que são aplicados às plantações de árvores transgênicas e efeitos nocivos da inalação de pólen de árvores que produzem uma toxina Bt (que produz proteínas mortais aos insetos). Os pínus, por exemplo, são conhecidos por sua polinização pesada, espalhando o pólen por centenas de quilômetros. O estabelecimento de plantações de pínus que produzem pólen Bt poderia levar a surtos generalizados de doenças. Os impactos sobre a vida selvagem e os seres humanos que consomem plantas Bt ainda não foram cuidadosamente pesquisados. Contudo, estudos com animais concluíram que a Bt permanece ativa em mamíferos que a tenham consumido e pode, na verdade, aderir ao intestino, levando a “perturbações estruturais significativas e tumores intestinais”.

- As árvores transgênicas não podem ajudar a reverter a mudança climática: a ideia de que plantar árvores pode ajudar nessa reverter é baseada na falsa suposição de que o carbono liberado pela queima de carvão ou de óleo pode ser considerado equivalente ao carbono “absorvido” em uma árvore. O carbono fossilizado guardado sob o solo é estável e, a menos que se escave para retirá-lo e ele seja queimado, ele não vai entrar na atmosfera. Além disso, as árvores transgênicas só vão aumentar o número de plantações, e o desmatamento de florestas para plantações é um dos principais motores do desmatamento. As plantações não são florestas!

- As pesquisas com árvores transgênicas seguem a lógica do “crescimento” constante: seja para fins de produção de celulose para produzir papel, etanol líquido como combustível, biomassa para energia ou maior absorção de carbono, as árvores transgênicas agravam a violência atual do sistema econômico.

É fundamental que nos oponhamos à expansão das monoculturas de árvores e participemos da luta contra as árvores transgênicas. Para mais informações sobre os impactos das plantações de monoculturas de árvores, consulte o [site do WRM](#); e sobre as árvores transgênicas, em particular, consulte “[Árvores geneticamente modificadas: A ameaça definitiva para as florestas](#)”, escrito por Chris Lang e produzido por WRM e Amigos da Terra-Internacional; e visite o site da campanha contra as árvores transgênicas, [STOP GE trees campaign](#).

Cuidado com a “bioeconomia”



Apenas alguns anos atrás, a gigante florestal Weyerhaeuser, uma empresa madeireira com sede nos Estados Unidos, começou a divulgar uma série de anúncios intrigantes em aeroportos e revistas. Os anúncios mostravam uma floresta temperada do norte, junto com a pergunta “O que uma árvore pode ser?”. Balões de pensamento pairavam sobre a cobertura da floresta e um parágrafo de texto perguntava: “Remédio contra o câncer? Combustíveis alternativos para nossos carros? Você acha que uma árvore poderia ser plástico biodegradável ou alimentos? Ou roupas?”. A silvicultura, parecia dizer, não é mais apenas uma questão de

celulose e madeira – parece ter começado uma nova tendência na qual os mercados de árvores acabam de ficar muito maiores.

Era um anúncio sobre a “bioeconomia” – uma estratégia industrial que está sendo agressivamente promovida pelo agronegócio e pelas indústrias de silvicultura e biotecnologia. Os planos e os roteiros da “bioeconomia” estão sendo elaborados por todos os grandes países do norte, além de vários do sul. Eles visualizam uma nova ordem econômica na qual a biologia e a biomassa se tornem as principais ferramentas e matérias-primas da produção industrial. Entre os exemplos desses documentos estão o “Plano Nacional Bioeconomia” dos Estados Unidos e ou a “Bioeconomia baseada no conhecimento” da União Europeia. (1)

Impulsionado por esta nova visão da “bioeconomia”, está sendo estabelecido um conjunto de tecnologias e arranjos econômicos que pode literalmente transformar cavacos de madeira, cana-de-açúcar, algas e outros estoques de biomassa em combustíveis líquidos, produtos químicos produzidos em grande quantidade e energia elétrica que compõem as nossas economias de produção. Agrupadas sob esta bandeira estão muitas centenas de instalações de energia de biomassa, que queimam cavacos para gerar eletricidade em antigas usinas de carvão, produtores de biocombustíveis de próxima geração, como a Mascoma, que fermenta cavacos pra fazer etanol, bem como empresas de “biomateriais”, como NatureWorks e Metabolix, que transformam amido de milho em garrafas de plástico. Enquanto isso, pesquisadores da nanotecnologia (2) estão desenvolvendo novas maneiras de transformar a celulose da madeira em materiais condutores para a eletrônica. As empresas do campo da biologia sintética (engenharia genética extrema), que está em rápida explosão, estão transformando o açúcar de cana em combustíveis, baunilha, adoçantes alimentos ou sabões. Vistos em conjunto, esses atores da “bioeconomia” têm potencial para alterar a base material de nossas economias “avançadas”. Uma árvore poderia se transformar na capa do seu smartphone, na fiação dentro dele e também na eletricidade que flui nele? Teoricamente sim, dizem os incentivadores da “bioeconomia”.

Para os que creem nessa “bioeconomia”, uma grande atração é o fato de que as fontes de biomassa, como florestas e agricultura, representam novos reservatórios de carbono” em uma época em que o acesso ao carbono tradicional usado pela indústria química (combustíveis fósseis) está se tornando mais difícil e mais caro. Em todo o mundo, estima-se que haja cerca de 500 gigatoneladas de carbono (GTC) armazenadas na vegetação terrestre – superando em muito os estoques recuperáveis de petróleo (120 GTC) e gás (75 GTC). Isso levou alguns adeptos de “bioeconomia” a se referir às florestas como “campos de petróleo acima do solo”. Redirecionar a produção dos carbonos fósseis mortos oriundos do petróleo, do carvão e do gás para o “carbono verde” vivo da biomassa parece um sonho verde que se tornou realidade – uma parceria industrial com a natureza, que parece prescindir da indústria do petróleo. Na verdade, a “bioeconomia” é tratada, às vezes, como um subconjunto da chamada “economia verde” – o conjunto de ferramentas e mecanismos financeiros valorizados pelas Nações Unidas como um caminho mais limpo e mais verde para as economias neoliberais. O Fórum Econômico Mundial estima que a nova “bioeconomia” da energia baseada em produtos químicos, plásticos e combustíveis biológicos e seus mercados associados poderia valer cerca de 300 bilhões de dólares até 2020.

No entanto, por trás dessas fantasias está a imensa verdade inconveniente das matérias-primas. Transformando biomassa de cavacos de madeira, açúcar ou algas, a escala dos padrões de consumo atuais significa que o crescimento dessa “bioeconomia” vai inevitavelmente colidir e entrar em conflito com a proteção da vida e dos meios de subsistência. O termo industrial “biomassa”, em si, já esconde o fato de que o que está sendo transformado é a biodiversidade viva, as árvores que compõem a floresta, os cultivos que fornecem nossa alimentação e devolvem nutrientes e carbono ao solo, as algas que produzem o nosso oxigênio. A forma como coletamos ou cultivamos essa “biomassa” está ainda mais emaranhada nas vidas e culturas – desde as das comunidades florestais cuja casa é destruída até as dos trabalhadores migrantes que cortam cana-de-açúcar em condições de trabalho quase escravizantes. Com efeito, essa nova “bioeconomia”

muitas vezes prejudica “bioeconomias” mais antigas que já usam a biodiversidade para produzir bens materiais ou energia, mas em escala pequena, de baixo impacto – camponeses, comunidades florestais e pescadores. A nova visão da “bioeconomia”, no entanto, colocaria sob ataque em especial as terras e os meios de subsistência dos povos do Sul, à medida que a terra é cada vez mais concentrada para plantar cana, celulose e outras fontes de biomassa. Como 86% da biomassa estão localizados ao redor do equador, qualquer implantação da “bioeconomia” causa inevitáveis transformações nos trópicos e além.

Além disso, enquanto os defensores da “bioeconomia” podem apontar a vegetação abundante do nosso planeta como prova de que a economia baseada na biomassa está lá para ser pega, a verdade é que quase toda a biomassa terrestre do planeta já está comprometida, pois as plantas vivas são necessárias para proporcionar valiosas funções ecológicas inter-relacionadas, como água e ciclagem de carbono, bem como conviver com as populações que dependem das florestas para abastecimento e proteção mútuos. Estudos sobre até onde as nossas economias atuais já estão danificando os sistemas naturais revelam que as sociedades industriais já usam um quarto de toda a biomassa – extraíndo muito mais do que a biosfera pode aguentar e pressionando antigas “fronteiras planetárias” críticas. Alguns defensores da “bioeconomia” sonham em impulsionar a “produtividade” global da Terra por meio de árvores ou algas transgênicas, entrando na esfera da geoengenharia do planeta.

As tecnologias subjacentes à “bioeconomia” tampouco são benignas. Já se documentou que a queima de biomassa para energia elétrica causa graves problemas de saúde humana em comunidades localizadas no entorno da queima. A adoção dos biocombustíveis tem comprovadamente elevado os preços dos alimentos e impulsionado a concentração de terras ao redor do mundo. Enquanto isso, as novas técnicas de biologia sintética envolvem arriscadas técnicas de engenharia genética extrema, cuja segurança nenhum cientista ou regulador sabe ainda como avaliar. A biologia sintética, em particular, tem levantado fortes preocupações. Trata-se de imprimir moléculas de DNA a partir de uma máquina operada por computador (DNA sintético) e, em seguida, alterar a composição genética de leveduras, bactérias e algas de formas altamente inovadoras. Esses micróbios são “programados” para processar a biomassa e outras matérias-primas em novos produtos valiosos – transformando o açúcar em plástico e celulose em combustível para aviões a jato. Encontrada em grandes fábricas de fermentação, a biologia sintética é frequentemente considerada o melhor instrumento da “bioeconomia” – uma coleção de bichinhos “mágicos” que irá transformar o açúcar e a celulose do Sul do planeta em mercadorias valiosas para o Norte.

Jim Thomas, ETC Group

(1) “National Bioeconomy Blueprint”, EUA: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/microsites/ostp/national_bioeconomy_blueprint_april_2012.pdf; e “Knowledge-Based BioEconomy”, União Europeia: <http://www.kbbe2010.be/>

(2) A nanotecnologia é a manipulação da matéria na escala de átomos e moléculas individuais. Atualmente, a nanotecnologia comercial envolve a ciência dos materiais (ou seja, os pesquisadores foram capazes de produzir materiais que são mais fortes e mais duráveis, aproveitando as alterações de propriedades que ocorrem quando as substâncias são reduzidas à nanoescala). Isso envolve riscos profundos, com os novos nanomateriais potencialmente ameaçando terras no Sul e representando novos riscos para a saúde dos trabalhadores e do público em geral. Veja mais informações em: <http://www.etcgroup.org/issues/nanotechnology>

Pesquisa com árvores transgênicas avança na Ásia



O WRM acaba de atualizar um documento elaborado em 2008, apresentando uma visão geral, país por país, da pesquisa com árvores transgênicas ou geneticamente modificadas (GM). Esse panorama contém informações resumidas de 24 países em que esse tipo de pesquisa está sendo feita. Os principais objetivos da pesquisa são buscar formas de melhorar a resistência das árvores transgênicas a doenças, a qualidade de sua madeira e seu uso para fins de bioenergia. A maioria dos 750 testes de campo registrados em todo o mundo até agora, a maioria com espécies de eucalipto, álamo e pinho – excluindo árvores frutíferas – está ocorrendo nas Américas, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil. Em ambos os países, a liberação comercial de eucaliptos transgênicos está perigosamente próxima. No entanto, é importante prestar mais atenção também a outros continentes. A arriscada pesquisa com árvores transgênicas, principalmente com álamo, eucalipto, seringueira e dendezeiro, está avançando na Ásia. A China é líder, como país com o segundo maior número de testes de campo em todo o mundo e a primeira liberação comercial de álamos transgênicos.

Introdução

As empresas de plantações industriais de árvores querem nos fazer crer que o uso de árvores transgênicas traz muitos benefícios. Um dos principais benefícios mencionados é que esse uso pode resultar em um aumento na produção de madeira por hectare e, portanto, em menos uso da terra. Entretanto, nas últimas duas décadas, a indústria de plantações já melhorou muito a produtividade das árvores sem usar a tecnologia da engenharia genética. Apesar desse aumento anterior da produtividade por hectare, a área de plantações industriais de árvores – incluindo eucalipto, pínus, seringueira e acácia, bem como plantações de dendezeiros – não foi reduzido, e sim aumentou quatro vezes (!) no Sul global.

Introduzir árvores geneticamente modificadas é perigoso. Há muitos impactos ambientais potenciais, como resume o artigo introdutório deste boletim, incluindo o fato de que, basicamente, não existem dados empíricos sobre o comportamento das árvores transgênicas ao longo do tempo. Em geral, não há acesso à informação adequada. Mas este é um primeiro passo necessário para as pessoas afetadas pela pesquisa e por testes de campo com engenharia genética, bem como para outras interessadas no assunto, para que possam agir e

apoiar as lutas locais. Sendo assim, o documento atualizado “Pesquisa com árvores GM – Um panorama país por país” é uma das ferramentas que o WRM está oferecendo para reduzir a atual lacuna de informação.

Pesquisa com árvores GM na Ásia

A China é o único país do mundo a ter lançado comercialmente árvores transgênicas não frutíferas, e tem o segundo maior número registrado de experimentos de campo (78) em todo o mundo. Bem mais de um milhão de álamos resistentes a insetos foram plantados no país desde 2002. Não há registros conhecidos sobre onde as árvores estão plantadas ou sua quantidade. De acordo com representantes da Academia Chinesa de Silvicultura, “ambas as espécies comercializadas são álamos femininos com fertilidade alterada”. No entanto, em 2004, Xue Dayuan, do Instituto de Ciência Ambiental de Nanjing, disse ao jornal China Daily que os genes de álamos GM já haviam aparecido em variedades naturais que crescem nas proximidades. Além disso, surgiram novas pragas de insetos que eram desconhecidas em árvores de álamo não geneticamente modificadas. Além do álamo, também está sendo realizada pesquisa para desenvolver eucaliptos e seringueiras transgênicos.

No Japão, a engenharia genética vem sendo realizada em várias árvores, como o eucalipto, o cedro japonês e o álamo, com diferentes objetivos, incluindo o aumento da fixação de CO₂ pelas árvores e o aumento da qualidade e da quantidade de sua biomassa. Várias universidades e instituições de pesquisa têm trabalhado em conjunto com grandes empresas de papel e celulose, como a Oji Paper. Até 2013, foram realizados nove testes de campo, sete com eucalipto e dois com álamo. O teste de campo mais recente que está em curso (2013-2017) é realizado pela Universidade de Tsukuba, com eucalipto tolerante ao frio. De acordo com o instituto de pesquisa Riken, novos testes de campo serão realizados com o Instituto Florestal de Nanjing, da China e o Instituto de Ciências Florestais do Vietnã, este último em colaboração com a Oji Paper.

Na Índia, a pesquisa é realizada com seringueiras transgênicas pelo Instituto de Pesquisas com Borracha, da Índia. Em 2012, o governo federal aprovou testes de campo com essas nos estados de Kerala e Maharashtra. Logo após essa autorização federal, foi relatado que o estado de Kerala queria manter seu status de Estado Livre de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), enquanto o governo de Maharashtra formou uma comissão para estudar a questão sob todos os aspectos.

Na Indonésia, mais de 10 anos atrás, foi noticiado que o Instituto Indonésio de Ciências (LIPI) estava trabalhando em parceria com a Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência (JSPS) na modificação genética de acácia e do sengon, para maior fixação de CO₂ por essas árvores. Esse projeto conjunto, liderado pelos japoneses, resultou na produção de 750 árvores transgênicas de acácia e 400 de sengon na Indonésia. Não se encontrou qualquer informação recente sobre esses testes, nem sobre algum processo de seguimento.

Na Malásia, desde os anos 1990 são feitas pesquisas com dendezeiros e seringueiras transgênicos. O objetivo dos dendezeiros GM é obter mais óleo, melhorar a qualidade desse óleo, a tolerância a herbicidas e a resistência a insetos e fungos. No caso das seringueiras, o foco está na produção de proteínas específicas, com valor comercial. A pesquisa é realizada principalmente pelo Conselho de Dendê da Malásia e pelo Conselho de Borracha da Malásia. Apesar dos esforços que o país vem fazendo desde a década de 1990 para ser um dos líderes mundiais em biotecnologia, as plantações comerciais de dendezeiros só são esperadas de 2040 em diante. Não se encontrou qualquer informação sobre os testes de campo. A lentidão do processo pode ser devida à oposição existente aos produtos transgênicos em geral na Europa – um dos principais mercados para o óleo de dendê da Malásia.

Em Taiwan, a única informação disponível ao público é de que o Instituto de Pesquisa Florestal de Taiwan está colaborando com a Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, sobre eucaliptos

geneticamente modificados, para alcançar uma maior produção de celulose e mais absorção de CO2 por essas árvores. Em 2011, havia testes de campo em andamento com eucalipto GM para produção de celulose.

Na Tailândia, o centro de pesquisa da França, o CIRAD, está trabalhando em seringueiras transgênicas, em conjunto com algumas instituições de pesquisa tailandesas, principalmente com vistas a aumentar a produção de látex. Em 2008, foi criada uma iniciativa conjunta entre instituições de pesquisa francesas e tailandesas, chamada de “Plataforma de Pesquisa em Parceria sobre Seringueiras”. Não se sabe se existem testes de campo com seringueiras transgênicas na Tailândia.

A pesquisa na Nova Zelândia tem se concentrado no *Pinus radiata* e no abeto da Noruega, visando a tolerância a herbicidas, árvores sem flores e madeira cuja polpa seja mais fácil de retirar. A oposição está crescendo e é capitaneada principalmente por duas organizações: GE-Free New Zealand in food & environment (Rage Inc.) e Soil and Health Association. Esta última realizou uma campanha para interromper a testagem de árvores transgênicas feita pelo instituto de pesquisa Scion, e para que as árvores fossem removidas. Seguindo uma abordagem diferente, em janeiro de 2008, os ativistas entraram nas instalações do Scion onde se faz o experimento e danificaram 19 árvores. Uma nova tentativa de teste de campo por parte do Scion com 375 pinheiros, estabelecida em 2013, foi destruída em uma invasão em 2014.

Na Austrália, a pesquisa com eucaliptos transgênicos está sendo ou foi realizada, e o foco tem sido o crescimento mais rápido, qualidade da madeira “melhorada” e esterilidade. Pouco se sabe sobre o trabalho que está sendo realizado em duas universidades – Melbourne e Adelaide – e menos ainda sobre a pesquisa feita pelo Ensis, um acordo de colaboração entre a australiana Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Comunidade (CSIRO) e o instituto de pesquisa neozelandês Scion. A Austrália é provavelmente o país mais perigoso para a realização de pesquisas sobre eucaliptos transgênicos, já que árvores de eucalipto são nativas de lá. Qualquer liberação acidental de pólen dessas árvores – por exemplo, dos manipulados para se obter esterilidade – poderia facilmente contaminar e ameaçar o futuro dos ecossistemas florestais naturais do país.

As pessoas dos países onde se faz pesquisa com árvores GM nunca foram convidadas a dar seu consentimento livre, prévio e informado a essa atividade perigosa, e essas informações nunca foram disponibilizadas. Quando as autoridades responsáveis pela regulamentação das pesquisas acabam organizando audiências públicas, estas geralmente têm um caráter técnico. Por sua vez, isso desestimula a participação das comunidades locais afetadas pelas plantações e outros interessados em discutir a questão. Este resumo dos países asiáticos oferece uma visão geral dos resultados do esforço de investigação conjunta desde 2008, e visa fornecer informações suficientes para que organizações e indivíduos interessados dos países implicados se envolvam na questão.

Encontre o documento completo em: [GE tree research - A country by country overview- WRM Briefing](#) (disponível apenas em inglês), novembro de 2008 (atualizado em agosto de 2014) - Entre em contato com wrm@wrm.org.uy se tiver qualquer informação relevante que você ache que deva ser incluída – ou se encontrar erros ou omissões nas seções por país deste documento ou nas planilhas de informação em que ele se baseia.

O apoio da UE à bioenergia à base de madeira é combustível para a destruição florestal e a concentração de terras



Em 2009, a União Europeia (UE) estabeleceu uma meta de energia renovável de 20% para 2020. A previsão é que a maior parte da meta seja cumprida a partir da queima de biomassa, principalmente madeira (1). Em grande parte da Europa, queima-se madeira para aquecimento e eletricidade. Como resultado disso, a demanda da UE por madeira – já insustentavelmente elevada – começou a crescer substancialmente. As pressões sobre as florestas em toda a Europa estão aumentando. Na Alemanha, por exemplo, mais de 15 milhões de famílias instalaram fogões a lenha, o que levou ao corte de madeira em níveis mais elevados e por métodos mais destrutivos. Até mesmo grandes faias – árvore típico em grande parte da Europa - estão sendo derrubadas para uso em lareiras, e florestas biodiversas, não cortadas anteriormente, estão sendo desmatadas. A maior parte da produção de madeira da Alemanha atualmente é queimada (2).

Outros países europeus promovem basicamente a queima de madeira em centrais eléctricas. Entre eles está o Reino Unido, que deve queimar 5 milhões de toneladas de pellets feitos a partir de 10 milhões de toneladas de madeira em 2014 – muito mais do que qualquer outro país europeu e equivalente a mais ou menos toda a produção anual do país.

As florestas da Europa estão longe de ser as únicas afetadas pelo apoio da UE e seus Estados-membros à bioenergia à base de madeira. A atual demanda da UE por pellets de madeira supera em muito sua produção. Como resultado, a UE importou mais de 6 milhões de toneladas de pellets no ano passado, a grande maioria, do sul dos Estados Unidos e do Canadá. Para cada tonelada de pellets, são necessárias duas toneladas de madeira.

A produção de pellets no sul dos Estados Unidos triplicou em apenas dois anos e, cada vez mais, usinas de pelletização estão sendo anunciadas e construídas (3). Os impactos são devastadores. As usinas de pelletização estão concentradas perto da costa do Atlântico, que é o lar de remanescentes de alguns dos ecossistemas florestais temperados e de água doce de maior biodiversidade do planeta (4), que abrigam milhares de espécies, muitas delas endêmicas da região e vitais para regular os sistemas de água doce em uma região cada vez mais afetada por secas. Noventa por cento da cobertura florestal original da região já foram degradados ou destruídos, em grande parte convertidos em plantações monocultoras de pinheiros destinadas à produção de papel.

Quando o boom da biomassa começou na UE, por volta de 2010, a expectativa geral era de que as importações futuras viessem cada vez mais da América do Sul e da África. No entanto, isso não aconteceu,

como revela um relatório da Biofuelwatch (5). Lá em 2010, parecia lógico que as empresas europeias de energia procurassem madeira barata em plantações de eucalipto de rápido crescimento. Na verdade, houve uma enxurrada de anúncios de investimentos. Como mostra um artigo sobre a empresa brasileira de plantações de eucalipto Suzano, no estado brasileiro do Maranhão, as plantações de árvores foram ampliadas com o objetivo declarado de produzir pellets e/ou cavacos de madeira para centrais na UE (6). No entanto, o que seria necessário para estabelecer novas rotas comerciais para a bioenergia à base de madeira são investimentos em usinas de pelotização, em ligações de transporte para portos e instalações portuárias e de remessa – e praticamente nenhum deles aconteceu até agora no Sul global (7). A África do Sul é o único país Africano onde foram construídas usinas de pelotização – pelo menos três – que começaram a exportar para a UE. Todas fecharam porque não eram economicamente viáveis. Nenhum país do Sul, ao que parece, pode competir com a indústria de pellets da América do Norte em qualquer escala significativa.

Será que isso significa que as florestas e as comunidades no Sul global estão, em grande parte, protegidas das políticas de biomassa da UE? Infelizmente, não. Em primeiro lugar, grande parte da madeira extraída de florestas na Europa que está sendo queimada e, provavelmente, parte da madeira importada da América do Norte, que é transformada em pellets, teria sido usada de outra forma por diferentes indústrias. As indústrias terão que procurar mais madeira em outro lugar. À medida que aumenta a demanda global por madeira, também aumentam as pressões sobre as florestas e outras terras que são convertidas em plantações de monoculturas de árvores. Em segundo lugar, as empresas estão citando a demanda de biomassa da UE para justificar e atrair investimentos para concentrar mais terras. A Suzano pode muito bem ter acreditado, lá em 2010, que poderia produzir pellets no Brasil de forma viável e vendê-los para o Reino Unido, mas as afirmações de outras empresas responsáveis pela concentração de terras parecem menos verdadeiras.

A maior proprietária de plantações de árvores da África é a Recursos Verdes (Green Resources). A empresa recentemente se fundiu com o Fundo Global de Solidariedade Florestal (Global Solidarity Forest Fund) e agora detém mais de 40.000 hectares de plantações em Moçambique, Tanzânia e Uganda, com graves impactos bem documentados sobre comunidades e ambientes locais (8). A página da Green Resources na internet apresenta afirmações sobre o potencial da produção de pellets de madeira para a UE, embora não tenham sido publicados planos de investir em usinas de pelotização e as referências a um “promissor” novo mercado podem muito bem visar apenas atrair mais financiamentos.

Outra empresa, a Miro Forestry, parece ter obtido dinheiro através de um fundo de investimentos alemão, alegando que tinha assinado um acordo de cooperação para desenvolver um negócio pan-Africano de biomassa a partir de cavacos de madeira, que forneceria à UE, bem como a mercados domésticos (9). No entanto, nada se encontra nas páginas de seus parceiros ou supostos parceiros que sustente isso, e não há indícios de qualquer um deles construindo infraestrutura para produzir e exportar esses cavacos. A Miro declarou que obteve concessões de longo prazo para mais de 12.000 hectares de terras em Gana e Serra Leoa. Até agora, a empresa plantou mais de 1.000 hectares, a maioria com eucalipto (10).

Um exemplo muito gritante de uma empresa europeia que justifica a concentração de mais terras com alegações sem credibilidade sobre a eletricidade da biomassa é o da “Plantações Africanas para Desenvolvidos Sustentáveis” (African Plantations for Sustainable Developments – APSD) – embora suas afirmações não se refiram a potenciais exportações. A APSD propõe plantações para gerar 600 MW de energia elétrica a partir da queima da madeira em novas usinas em Gana. Isso superaria a capacidade de queimar biomassa para gerar eletricidade do Reino Unido e exigiria muitos bilhões de dólares em investimentos (11). Enquanto suas declarações de marketing parecer falsas, as atividades de concentração de mais terras da APSD, de acordo com a iniciativa independente de monitoramento da terra Land Matrix, são as maiores do país. Em abril de 2014, um serviço de notícias de Gana informou que cerca de 2.000 moradores locais estavam sendo desalojados pela APSD na região de Brong Ahafo, com o parlamentar local advertindo que a

produção e a segurança alimentar da região estavam ameaçadas.

Há um precedente nas políticas de biocombustíveis da UE: De acordo com a ONG ActionAid, os investidores europeus tinham tomado 6 milhões de hectares de terras na África em 2013, com o objetivo declarado de produzir biocombustíveis para exportação. No entanto, a UE praticamente não importa biocombustíveis da África. Em vez disso, as meras propaganda e expectativas sobre essas “possibilidades” têm alimentado uma das maiores concentrações de terras em todo o mundo. Algo semelhante pode começar a acontecer agora, como resultado de políticas equivocadas de biomassa da UE.

Almuth Ernsting, Biofuelwatch, UK

- (1) http://www.ieep.eu/assets/753/bioenergy_in_NREAPs.pdf
- (2) <http://www.forumue.de/fileadmin/ temp /FORUM Rundbrief0413 web 01.pdf>
- (3) <http://biomassmagazine.com/articles/10311/north-american-wood-pellet-exports-to-europe-double-in-2-years>
- (4) <http://www.dogwoodalliance.org/southern-forests/coastal-forests/>
- (5) <http://www.biofuelwatch.org.uk/2014/biomass-landgrabbing-report/>
- (6) http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Plantacoes_de_eucalipto_para_energia_O_Caso_da_Suzano.pdf
- (7) Note-se que a Biofuelwatch examinou apenas potenciais importações para a União Europeia. Têm sido relatados investimentos sul-coreanos em plantações de árvores no Sudeste Asiático com o propósito declarado de produzir pellets de madeira, possivelmente para exportação à Coreia do Sul, mas ainda não existem estudos sobre o comércio intra-asiático de biomassa.
- (8) [http://timberwatch.org/uploads/TW%20Tanzania%20CDM%20plantations%20report%20low%20res%20\(1\).pdf](http://timberwatch.org/uploads/TW%20Tanzania%20CDM%20plantations%20report%20low%20res%20(1).pdf), <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section2/mozambique-more-denunciations-against-chikweti-a-company-financed-by-a-nordic-solidarity-fund/>
- (9) http://users5.nofeehost.com/pharos/12_01_2012.pdf
- (10) http://www.finnfund.fi/ajankohtaista/uutiset14/fi_FI/miro_forestry_company_finnfund/
- (11) <http://www.hbs.edu/environment/mission-and-impact/Pages/profile-details.aspx?profile=elorentzen>

Árvores projetadas para se despedaçar? A utilização de celulose de madeira para combustíveis



Em nível global, muitas pessoas dependem da madeira como combustível para cozinhar e para calefação, mas, cada vez mais, os interesses comerciais e industriais também estão recorrendo à madeira para produzir a chamada “bioenergia”. Enormes usinas a carvão na União Europeia e nos EUA estão fazendo combustão mista de grandes quantidades de madeira junto com o carvão. Algumas usinas a carvão estão até se convertendo inteiramente para pellets de madeira, pelo que, em vários países, elas podem ser recompensadas com subsídios relacionados à “energia renovável”. Essas instalações energéticas requerem grandes quantidades de madeira, criando um novo comércio internacional de cavacos de madeira e pellets, e ameaçando ainda mais florestas, ecossistemas, direitos humanos e o clima (1).

Enquanto isso, é mais difícil converter madeira em combustível líquido para o transporte. A maior parte dos combustíveis líquidos usados atualmente para o transporte – e, em menor grau, para a geração de eletricidade – é feita de milho, cana de açúcar e oleaginosas, mas a indústria e os defensores de uma “economia de base biológica” dependem muito de combustíveis líquidos à base de madeira e outros, ditos de segunda geração, em seus cenários de uso futuro desses combustíveis líquidos. Grandes quantidades de dinheiro foram empregadas em pesquisa e desenvolvimento ao longo de muitos anos e, mesmo assim, ainda não existe produção comercial significativa de combustíveis líquidos derivados da madeira.

Com efeito, converter madeira em combustível requer energia. Dependendo do processo, os insumos de energia podem superar a energia derivada do uso do combustível. Produzir combustíveis líquidos a partir de madeira também é caro. Diversos projetos, incluindo Choren, na Alemanha, e Range Fuels, no estado norte-americano da Geórgia, que deveriam produzir combustíveis líquidos à base de madeira, acabaram falindo. No entanto, continua havendo grande interesse (e subvenções públicas), principalmente de parte das indústrias militares e da aviação dos Estados Unidos, que consideram os combustíveis líquidos feitos com biomassa

essenciais para seu futuro, pois não existem outras opções para alimentar equipamentos militares e aviões.

Existem duas abordagens à transformação de biomassa sólida, como a madeira, em combustível líquido: uma se baseia em calor e pressão – e, infelizmente, para a indústria, em calor e pressão demais para que o processo compense em termos econômicos, bem como energéticos. A outra se baseia em biotecnologia – ou seja, na engenharia de micróbios e enzimas para que rompam as paredes celulares. Assim, manipulando-se a madeira das árvores, suas paredes celulares podem ser rompidas com mais facilidade. Isto significa que a celulose da madeira pode ser usada com mais facilidade para se obter etanol. Os desafios são muitos, mas um dos maiores obstáculos é a lignina. A lignina é o material que dá estrutura forte às paredes das células na madeira, permitindo que as árvores cresçam eretas em direção ao céu. Mas, na tentativa de transformar a madeira em etanol e outros combustíveis líquidos, a lignina atrapalha, o que torna difícil acessar os açúcares da celulose e cria grandes quantidades de subprodutos de baixa qualidade (ou seja, resíduos).

Portanto, alterar e fazer engenharia de árvores para ter lignina em menor quantidade, ou modificada, é um dos principais objetivos da pesquisa em biotecnologia de árvores. Outra abordagem complementar é usar novas técnicas de biologia sintética para projetar micróbios capazes de produzir enzimas que rompam a lignina (e então, talvez, também converter açúcares em combustíveis e outros produtos químicos).

Para compreender as pesquisas que estão em andamento e a mentalidade por trás delas, vale a pena dar uma olhada em publicações acadêmicas. Em um estudo recente intitulado “Bioengenharia de lignina”, os autores afirmam: “A lignina é o principal material responsável pela recalcitrância [resistência à ruptura] da biomassa, quase não tem utilidade industrial e não pode ser simplesmente removida das plantas em crescimento sem causar danos graves ao seu desenvolvimento. Felizmente, estudos recentes relatam que a composição e a distribuição da lignina podem ser manipuladas em certa medida, usando promotores de tecidos específicos para reduzir essa recalcitrância, alterar suas propriedades biofísicas e aumentar seu valor comercial. Além disso, o surgimento de novas ferramentas de biologia sintética para conseguir o controle biológico [...] abre novas portas à engenharia.” (2)

As técnicas de biologia sintética são chamadas, muitas vezes, de “engenharia genética extrema”. Elas fazem uso das novas ferramentas de informática que permitem aos pesquisadores analisar e sintetizar códigos genéticos em um computador, trabalhando não apenas com um ou dois genes, mas com sequências de centenas deles. Essencialmente, essas abordagens permitem a construção de novas formas de vida (micróbios, incluindo fungos, bactérias e-coli e microalgas) programadas como “fábricas químicas vivas” para gerar produtos químicos e compostos considerados “úteis” para as pessoas. Os riscos são elevados e numerosos, principalmente porque a contenção e o controle de micróbios é praticamente impossível. No entanto, a biologia sintética está avançando rapidamente. Muitas das empresas de “biocombustíveis” mais bem avaliadas da indústria, como a gigante do agronegócio Syngenta e a indústria química alemã Basf, usam a biologia sintética (3). Enquanto isso, uma série de produtos não biocombustíveis, ou seja, produtos derivados da biologia sintética que não são combustíveis, incluindo perfumes, produtos farmacêuticos e muito mais, já estão em mercados comerciais, sem supervisão ou regulação (4).

Outro trabalho acadêmico recente afirma: “Redesenhar a lignina, [...] é uma forma promissora de produzir plantas que são projetadas para se despedaçar”. (5)

Fazendo a engenharia do desmatamento

Ganha força uma campanha internacional para deter a liberação comercial de árvores transgênicas cuja solicitação está atualmente pendente no Brasil e nos EUA, e se pode esperar que o movimento seja tão “recalcitrante” quanto a própria lignina (6).

A campanha chama a atenção para os riscos potenciais de contaminação de espécies selvagens com características de “despedaçar-se”, bem como a fuga praticamente inevitável de micróbios que digerem lignina de laboratórios e refinarias. Ativistas estão pedindo a proibição da liberação comercial das árvores transgênicas. Há, também, uma demanda crescente por uma moratória à liberação comercial de produtos derivados da biologia sintética.

Os impactos destrutivos das plantações industriais de árvores nas comunidades onde elas existem são bem conhecidos. As árvores geneticamente modificadas são feitas para ser cultivadas em plantações e só vão contribuir ainda mais para esses problemas. Os impactos da biologia sintética permanecem incertos, mas há uma consciência cada vez maior de que alguns produtos em desenvolvimento vão prejudicar os meios de subsistência (por exemplo, os produtores de baunilha podem perder seu mercado para produtos sintéticos). Além disso, os impactos de qualquer liberação de micróbios sintéticos que digerem a celulose de plantas no meio ambiente têm um potencial desastroso. Por fim, a quantidade muito elevada de madeira necessária para produzir combustíveis líquidos em escala comercial podem aumentar dramaticamente o desmatamento e a conversão de florestas nativas e ecossistemas (em plantações).

Todo o conceito de manipulação e engenharia de árvores, micróbios e outras formas de vida para atender a uma demanda insaciável por combustíveis, produtos químicos e materiais é ética e moralmente falida. A mentalidade arrogante e reducionista, que trata a natureza como algo sobre o qual se pode fazer engenharia para fins comerciais, ignora totalmente qualquer compreensão da inter-relação profunda, complexa e bela entre todas as formas de vida, obtidas como produto da nossa herança evolutiva comum.

Rachel Smolker, BiofuelWatch US

- (1) Para mais informações, ver: <http://www.biofuelwatch.org.uk/2013/chain-of-destruction/> and <http://www.pfpi.net/trees-trash-and-toxics-how-biomass-energy-has-become-the-new-coal>
 - (2) Aymerick, Eudes, Liang, Y., Mitra, P. e Loque, D. 2014. Lignin Bioengineering. Current Opinion in Biotechnology 26: 189-198
 - (3) Ver: <http://www.biofuelsdigest.com/bdigest/2014/05/04/the-complete-2014-5-minute-guides/>
 - (4) Para mais informações: <http://www.etcgroup.org/issues/synthetic-biology>
 - (5) Wilkerson et al, 2014. Monolignol Ferulate Transferase Introduces Chemically Labile Linkages Into the Lignin Backbone. Science 344 (90)
 - (6) Mais informações, aqui: <http://stopgetrees.org>
-

Uganda: Plantações voltadas ao carbono geram benefícios a investidores estrangeiros e certificadores, enquanto as comunidades pagam o preço da perda de seus modos de subsistência



Sob o nome de “Reserva Florestal de Kikonda”, a plantação comercial de árvores localizada no Distrito de Kiboga, o “corredor do gado” do Centro-Oeste de Uganda, abrange 12.182 hectares de terras de

propriedade da Autoridade Florestal Nacional (NFA) do país. Contudo, a terra é gerenciada pela empresa privada de capital aberto alemã Global-Woods AG. O projeto da plantação começou em 2002, com um contrato de arrendamento de 49 anos para “plantar árvores”, concedido pela NFA. A cada ano, cerca de um milhão de árvores são plantadas em uma área de 1.000 hectares, com o objetivo de capturar o dióxido de carbono da atmosfera e “armazená-lo”, bem como de produzir madeira serrada e madeira para combustível (1).

O arrendamento permite à Global-Woods plantar e colher árvores – apesar de a área ser oficialmente uma “Reserva Florestal” – em troca de um pagamento único de 410 dólares e um aluguel anual de cerca de 4,10 dólares por hectare plantado com árvores. Não será pago aluguel pelas áreas onde as empresas não tenham plantado árvores. Quando o governo de Uganda percebeu como os investidores estavam se aproveitando do sistema e tentou negociar melhores condições para a Reserva de Kikonda com o Institut für Entwicklung und Umwelt (IEU) – empresa alemã dirigida por um ex-político verde do Parlamento Europeu – a empresa se recusou, dizendo: “O nosso voo para a Alemanha sai hoje à noite; se vocês não assinarem agora, não haverá acordo”. (2)

Desde que a Global-Woods começou o projeto, tem havido conflitos permanentes com as comunidades locais, já que lhes foi proibido cortar árvores, praticar agricultura ou pastorear animais na área do projeto. A coleta de carvão e o pastoreio de gado em uma “reserva” são ilegais segundo a legislação de Uganda, mas isso não estava sendo aplicado antes do projeto. A restrição do acesso à agricultura e ao pastoreio também gerou contradições na gestão; enquanto o pastoreio era permitido às vezes após o pagamento de uma taxa, outras vezes foram cobradas multas de cerca de 400 dólares. Os pastores perderam o acesso às “barragens do vale”, que foram construídas na reserva especialmente para eles, em conjunto com a cooperação irlandesa, em 1992. Depois de 2009, uma revisão interna indicou a necessidade de mudar a estratégia, e a empresa construiu duas barragens fora da reserva para acesso do gado (3).

O projeto de plantação de árvores é certificado pela metodologia CarbonFix – uma certificação para projetos de compensação de carbono. A CarbonFix foi adquirida recentemente pela empresa Gold Standard, que também fornece certificação para projetos de venda de créditos de carbono (2). Em seu relatório de certificação, os certificadores confirmaram que o projeto deve armazenar 888.033 toneladas de CO₂ e ao longo dos 50 anos para os quais são feitos os cálculos (mesmo que o contrato de arrendamento da Global-Woods seja de apenas 49 anos e o plantio não tenha começado imediatamente após a concessão). A quantidade “sequestrada” se traduz em créditos de carbono que o dono do projeto pode vender no mercado de carbono. O projeto também foi certificado pelo padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB), outro esquema que desenvolveu diretrizes segundo as quais se avaliam os projetos que vendem créditos de carbono, em particular em relação aos impactos sociais e ambientais. Um terceiro conjunto de consultores certificou a gestão das plantações de árvores de acordo com o padrão do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC). A questão que se coloca, então, é: como podem tantos padrões “bancarem” um projeto caracterizado por conflitos e contradições?

O padrão CCB exige que o projeto certificado ofereça benefícios líquidos às comunidades, e o Documento de Concepção do Projeto (DCP) deve apresentar “uma estimativa digna de crédito” sobre o benefício líquido em termos de mudanças no bem-estar da comunidade como resultado das atividades do projeto. O DCP de Kikonda afirma que as comunidades em torno da plantação vão se beneficiar com oportunidades de emprego na plantação e de apoio ao plantio de árvores em terrenos privados, através de uma organização que foi formada em torno do projeto. No entanto, apenas os proprietários privados podem se beneficiar das atividades de plantação de árvores, e um relatório da Global-Woods revela que apenas 4% das famílias na área em torno do projeto têm títulos sobre as terras que cultivam. Também se esperava que os membros da comunidade pudessem se beneficiar diretamente dos pagamentos de carbono florestal por árvores plantadas

em uma zona-tampão em torno do projeto, mas essa iniciativa já fracassou, e foi interrompida.

O DCP também argumenta que, como o projeto está simplesmente fazendo cumprir a lei, ele não pode ser responsabilizado pelas consequências. Como a regulamentação da NFA não permite criação de gado, queima de carvão nem coleta de lenha na Reserva de Kikonda, os membros da comunidade “vão ter que parar suas atividades ilegais dentro da reserva e encontrar outro trabalho fora dela”. A empresa argumenta que foi dado tempo suficiente às pessoas afetadas para “aceitar as ofertas de emprego do projeto ou desenvolver outras alternativas de renda”. Outras “ainda tem a possibilidade de continuar com seu modo de viver e trabalhar em outras partes do país”. Além disso, o DCP de 2008 afirma que os seguranças contratados pela administração do projeto “patrulham a área da reserva florestal constantemente, para deter atividades ilegais. Essas patrulhas também lembram constantemente as pessoas da área de que a Reserva Florestal só pode ser usada para cultivar árvores. Como o governo não tem capacidade de prender infratores no campo, esses guardas de segurança também cumprem essa responsabilidade e os trazem à delegacia de polícia local, se for necessário”.

(3)

Comunidades em torno da área reclamam de um alto nível de conflito com o projeto: multas, prisões arbitrárias de pessoas e apreensão de bovinos que entram na reserva, acesso negado a tanques de água que foram construídos para ser usados pelas comunidades, corrupção generalizada entre guardas florestais, etc. Somente em 2011 – nove anos após o início do projeto – a Global-Woods fez o que chamou de “estudo socioeconômico básico”. O relatório confirma muitos dos problemas dos quais as comunidades vinham reclamando, além de revelar algumas lacunas muito importantes no conhecimento dos proponentes do projeto sobre as comunidades na área. O mais recente relatório do estudo diz: “Originalmente, pensava-se que havia 20 comunidades, e o objetivo era incluir a todas. Durante a pesquisa, tomamos conhecimento de mais comunidades dentro da área, e foi registrado um total de 44 delas”. Isso significa que a Global-Woods não tinha nem mesmo o conhecimento mais básico sobre as áreas circundantes – e que os auditores de vários esquemas de certificação certificaram o projeto, apesar desses erros básicos na documentação.

A partir do relatório de validação do projeto CCB, fica claro que os auditores observaram muitas das deficiências do projeto no que diz respeito a impactos negativos sobre comunidades, indicadores básicos e monitoramento. No entanto, em vez de exigir que esses problemas fossem resolvidos, foram emitidas “Solicitações de novas ações” a ser atendidas pelo projeto – em um estágio posterior. Os auditores ainda emitiram um certificado “nível Prata” baseado, em parte, na avaliação de que o projeto cumpria os critérios de “Melhores Práticas em Envolvimento Comunitário”.

Da mesma forma, projetos certificados pelo CCB devem gerar “impactos positivos líquidos sobre a biodiversidade dentro dos limites e do tempo de duração do projeto”, medidos em relação às condições básicas. Os projetos também não devem ter efeitos negativos sobre as espécies incluídas na Lista Vermelha de espécies ameaçadas da IUCN nem sobre espécies que estejam em uma lista reconhecida nacionalmente. Kikonda envolve grandes monoculturas de árvores substituindo florestas, arbustos e pastos degradados já existentes. Isso, sem dúvida, tem muitos impactos ambientais graves e causará uma perda direta de biodiversidade na área.

O projeto propõe equilibrar o impacto negativo conservando e aumentando a biodiversidade em uma “área de conservação” menor, dentro dos limites do projeto. Portanto, a compensação de carbono também afirma ser “compensação de biodiversidade” dentro do projeto maior. Contudo, uma olhada no mapa revela que a “área de conservação” não foi definida principalmente em função de considerações de biodiversidade. A área é um canal com um curso d’água e zonas húmidas. A área reservada é, portanto, essencialmente constituída por terra que não é adequada para ser convertida em plantações de pinus. Além disso, o plantio em pelo menos parte dessas áreas também é restrito, devido às regras da NFA.

Como resultado, os membros da comunidade veem seus meios de subsistência serem destruídos por vagas promessas de emprego (mal remunerado) nas plantações que são estabelecidas em terras que eles usavam sob o direito consuetudinário. Enquanto as populações locais são criminalizadas ou expulsas completamente, empresas, certificadoras e investidores estrangeiros, que se aproveitam de concessões e legislações que favorecem o capital privado, conseguem vender madeira e créditos de carbono para obter ganhos.

Este artigo usou informações do relatório de 2013 da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC), “REDD Plus or REDD ‘Light’? Biodiversity, communities and forest carbon certification”, <http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2013/02/REDD-plus-or-REDD-light130121.pdf> e Tree Trouble, um relatório elaborado por Amigos da Terra, WRM e FERN, <http://www.sinkswatch.org/sites/fern.org/files/pubs/reports/treetr.pdf>

(1) <http://www.uganda.global-woods.com/3.html>

(2) http://www.blackherbals.com/climate_justice_now.htm

(3) Nel, A., Forthcoming thesis, Sequestering market environmentalism: A geography of carbon forestry and unevenness in Uganda, University of Otago, New Zealand.

(4) <http://www.carbonfix.info/>

(5) https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Kikonda_Forest_Reserve_Reforestation_Project/CCBS_KFR.pdf

Honduras: criminalização do povo garífuna que defende seu território contra o avanço do dendê



No início do século XVII, na época colonial, naufragos africanos chegaram às costas do Caribe, onde habitava o povo kalinagu, ou caribe. Ao longo dos anos, houve um processo de sincretismo cultural que resultou na etnogênese do povo garífuna. Dessa fusão, surgem a linguagem, a religião e as tradições garífunas. Foi assim que esse povo se estabeleceu nos litorais de vários países da América Central e na foz dos rios e estuários, dedicando-se à pesca e à agricultura de subsistência.

Em Honduras, o povo garífuna está localizado na costa norte do país, onde a luta em defesa de seu território tem sido contínua. No final do século XIX, o Estado reconheceu seu direito territorial e entregou os primeiros títulos comunitários. Apesar disso, já no século XX e diante da pressão das empresas bananeiras transnacionais que estavam interessadas na exploração dessas terras, as comunidades começaram a sofrer a perda de seus territórios. Com o aval do Estado, a maior parte do território garífuna passou a ser usado por empresas estrangeiras.

Sem ouvir as reivindicações do povo garífuna, o Estado permite que, quase cem anos depois, a história se repita: de um enclave bananeiro se passa a um enclave dendezeiro. (1)

O caso da comunidade garífuna de Armenia

Com o auge da banana e a chegada da Standard Fruit Company com uma oferta de trabalho muito promissora, a comunidade de Armenia foi transferida para outra parte do litoral, sempre dentro do território garífuna, onde se estabeleceu com o nome de Nueva Armenia. Com o passar dos anos, as promessas de trabalho não corresponderam ao esperado e se começaram a sentir pressões territoriais e diferenças culturais com os recém-chegados. Foram impostos novos costumes de gestão do território e de posse da terra. A comunidade garífuna perdeu o acesso às florestas circundantes e às zonas costeiras de onde ela obtinha parte de sua comida e insumos para construir suas casas. As terras com títulos comunitários entraram em conflito com a tomada das mesmas pela transnacional bananeira, que tinha autorização do próprio Estado.

Além disso, na década de 1990, o dendê também começa a se expandir dentro do território garífuna, nos arredores de Nueva Armenia. O Instituto Nacional Agrário e a prefeitura agem de formas opostas. Enquanto um diz reconhecer o território garífuna, o outro concede a mesma terra a pequenas cooperativas de produção de dendê.

Quando expira a concessão e a Standard Fruit Company vê que a produção de banana já não é rentável, ela se retira do território garífuna da antiga Armenia. A empresa entrega as terras à prefeitura, que não leva em consideração o direito de ocupação histórica do povo garífuna e inicia outro processo de entrega dessas terras para o plantio de dendê.

A estratégia usada pelos novos proprietários, tanto nos arredores de Nueva Armenia quanto nas terras da antiga Armenia, foi a de se estabelecer inicialmente em cooperativas de produção de dendê, por ser um requisito para o acesso a um título de propriedade. Depois de ter o título, vendem a terra e a plantação de dendê a uma única empresa. A comunidade diz que essa empresa pertence a um grupo empresarial local, mas que, na verdade, seus proprietários não são conhecidos, e foram adquirindo grande parte do território garífuna impunemente.

Nos últimos anos, o avanço das plantações de dendezeiros levou à destruição das florestas remanescentes, à poluição dos cursos d'água pelo uso de agrotóxicos e à perda da soberania alimentar do povo garífuna. Quase 80% do território da comunidade garífuna estão ocupados por plantações de dendezeiros.

Uma vez que os títulos concedidos pelo Estado no início de 1900 não eram respeitados pelo próprio Estado e vendo como a nova empresa estava ocupando e destruindo o que restava de seu território ancestral, o povo garífuna decide retomar suas terras e fazer valer seus títulos comunitários.

Em janeiro de 2014, máquinas foram vistas cortando tudo o que restava no território garífuna. A comunidade fez a denúncia à prefeitura e decidiu instalar o “Acampamento Resistência” na área da antiga Armenia. Lá, cerca de 80 membros da comunidade resistiram ao avanço do dendê. Apesar da denúncia, a empresa

continuou com suas atividades. A cada dia se vê como essa nova investida do agronegócio tenta avançar mais alguns metros, cercando completamente o acampamento e lhes deixando apenas a saída ao mar.

Em agosto, a polícia invadiu a comunidade, quebrou sua bandeira e prendeu vários de seus membros. Acusados de usurpar suas próprias terras, eles permaneceram detidos por mais de seis horas. Consequentemente, os outros membros da comunidade também se mobilizaram, mas, ao retornar ao acampamento, descobriram que suas casas haviam sido queimadas com todos os seus pertences dentro. No entanto, essas represálias não os assustam; pelo contrário, com uma força invejável, a comunidade está em processo de reconstrução das casas. (2)

A comunidade está em alerta permanente diante de um possível ataque de empresa de dendê ou das forças policiais. Eles sabem que o governo local não os protege. “É um Estado que não governa para os pobres e que ignora o direito ancestral do povo garífuna à terra”, denunciam membros da Organização Fraternal Negra Hondurenha, a OFRANEH. (3)

Tentativas de sequestro, detenção pela polícia e despejos são algumas das consequências sofridas pelos membros das comunidades garífunas por se manter firmes na defesa de seu território. Por esta razão, estão levando suas queixas à arena internacional. Na última audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizada em setembro de 2014, no Paraguai, o povo garífuna explicou sua situação e agora avalia uma ação internacional contra o Estado de Honduras.

Com o objetivo de dar mais visibilidade a essa resistência, mostrar que o povo garífuna não está só nessa luta e denunciar os impactos do avanço dos monocultivos de dendê, foi realizada em setembro uma reunião internacional em La Ceiba, Honduras. Lá, organizações e redes da América Latina se reuniram com indígenas, camponeses e garífunas para debater os impactos das grandes monoculturas. No marco desse encontro, realizou-se uma visita à comunidade de Nueva Armenia e ao Acampamento Resistência, onde se puderam comprovar as denúncias e queixas do povo garífuna.

Elizabeth Díaz, membro do Secretariado Internacional da WRM

(1) Estado de Honduras nega condição de indígena ao povo garífuna, <http://ofraneh.wordpress.com/2014/08/20/estado-de-honduras-deniega-condicion-de-indigena-al-pueblo-garifuna/>

(2) Nueva Armenia e sua luta pela vida e pela soberania, <http://www.rel-uita.org/index.php/es/agricultura/soberania-alimentaria/item/5450-nueva-armenia-y-su-lucha-por-la-vida-y-la-soberania>

(3) Organização Fraternal Negra Hondurenha, Federação do povo Garífuna de Honduras, pela defesa dos seus direitos culturais e territoriais - <http://www.ofraneh.org>

Árvores transgênicas: Ameaçando florestas nativas da Estados Unidos



Uma árvore transgênica (GM, ou geneticamente modificada) é aquela cujo DNA foi alterado pelo uso de técnicas de engenharia genética. Na maioria dos casos, o objetivo é introduzir na planta um novo atributo que não ocorre naturalmente na espécie, como a resistência a uma determinada praga ou a um herbicida. A comercialização de árvores transgênicas, como o eucalipto e o álamo, teria implicações ambientais e sociais grandes e irreversíveis, principalmente para as florestas e os povos no sudeste e no noroeste dos Estados Unidos. A pesquisa em biotecnologia com árvores tem recebido apoio do governo estadunidense e milhões de dólares em financiamento. Os canteiros experimentais com plantações de árvores transgênicas no país abrangem 19 estados e mais de 250 hectares de testes de campo (1).

O apoio às árvores transgênicas faz parte de uma estratégia ampla e multifacetada para utilizar a biomassa vegetal viva como substituto do carvão e do petróleo para energia, indústria e produção em geral. Esta estratégia costuma ser chamada de “bioeconomia”. A madeira, por exemplo, é usada na forma de cavacos e pellets para queima, no lugar do carvão, apesar de o CO₂ e outras emissões poluentes provenientes da queima de madeira poderem ser maiores do que as da queima de carvão (2).

A madeira também é visada para ser refinada e produzir combustíveis líquidos para transporte, aviação e uso militar, bem como vários outros produtos químicos e compostos para a indústria (ver artigo “Árvores projetadas para se despedaçar? A utilização de celulose de madeira para combustíveis”, neste Boletim). Desde 2013, o “Padrão de Combustível Renovável dos EUA” (US Renewable Fuel Standard) determina que uma parte dos “biocombustíveis” misturados à gasolina inclua combustíveis “celulósicos avançados”, em grande parte derivados de “lixo” agrícola, como palha de milho, e da madeira. Contudo, isso tem se revelado difícil e, até agora, praticamente nenhum desses combustíveis está sendo produzido comercialmente. No entanto, os biotecnólogos estão trabalhando na engenharia de árvores que crescem muito rápido e podem ser mais facilmente “desconstruídas” em combustíveis, produtos químicos e mais. Empresas como a ArborGen, norte-americana que desenvolve produtos biotecnológicos a partir de mudas de árvores, procuram atender a essa insaciável demanda por madeira, afirmando oferecer “mais árvores em menos terra”. Elas estão buscando obter aprovação para comercializar um eucalipto GM tolerante ao frio, codificado como EH1, também conhecida como desregulamentação – pois não será mais regulado pelo USDA (Departamento de Agricultura dos EUA). Se aprovado –, a intenção é de cultivar grandes plantações dessas árvores em todo o sul dos Estados Unidos.

Enquanto isso, os álamos transgênicos são um foco de pesquisa no Noroeste Pacífico dos Estados Unidos, onde há um interesse específico em combustíveis de aviação. Tom Vilsack, secretário (ministro) do USDA, tem sido um ávido defensor de “biocombustíveis” e árvores transgênicas. Ele as vê como um meio para a produção de grandes quantidades de biomassa necessária para abastecer uma parte muito pequena da demanda global de energia.

Sob sua liderança, e em parceria com o Departamento de Energia, no mínimo 136 milhões de dólares foram concedidos para apoiar a pesquisa sobre “biocombustíveis” no Noroeste Pacífico. Entre os pesquisadores, estão empresas privadas e universidades, como a Universidade de Washington, a Universidade Estadual de Washington e a Universidade Estadual do Oregon, onde a pesquisa sobre o álamo GM está em andamento. Atualmente, existem cerca de 100 mil hectares de plantações de álamo híbrido de rápido crescimento cobrindo o Noroeste Pacífico, do sul do Oregon à Colúmbia Britânica, no Canadá. Os híbridos diferem das árvores transgênicas por serem cruzamentos de duas espécies diferentes de álamo. Quando uma árvore é hibridizada, é um ato que poderia acontecer na natureza, ao contrário do que ocorre quando ela é geneticamente modificada. Os defensores vislumbram um aumento de 400% nessas plantações na região para atender às demandas das indústrias de “biocombustíveis” e papel, com uma transição de árvores híbridas a transgênicas.

No entanto, o Eucalipto GM tolerante ao frio (EH1) e os álamos GM estão cheios de complicações. O EH1 é feito de dois híbridos: *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*. Ambos são documentados como espécies invasoras na Flórida, onde atualmente existem plantações experimentais. O EH1 é conhecido pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos por absorver 20% a mais de água do que espécies de árvores nativas. Também é altamente inflamável, e tem o apelido de “kudzu (uma planta altamente invasiva) inflamável”. O EH1 está sendo modificado para ser tolerante ao frio, com a intenção de expandir sua resistência, aumentando os riscos de o eucalipto competir com florestas nativas. A ArborGen está trabalhando para introduzir a esterilidade em suas árvores, mas 100% de esterilidade são simplesmente impossíveis de garantir.

Os álamos estão sendo geneticamente modificados para se obterem resistência a doenças, tolerância a herbicidas, crescimento rápido, menos lignina e mais. A lignina é a parte da árvore que é fibrosa e ajuda a mantê-la forte. Ela também é a barreira que os cientistas têm que romper para transformar as árvores em “biocombustíveis” líquidos. Existem 30 espécies de álamo nativas do hemisfério norte, tornando os riscos de contaminação profundamente preocupantes, dado que essas árvores podem espalhar seu pólen por centenas de quilômetros. Fazer contenção não é viável e, quando há contaminação, são poucas as possibilidades de revertê-la. Como os álamos também podem brotar de tocos, e os testes com álamos GM vêm sendo feitos há mais de 13 anos nos Estados Unidos, a contaminação de árvores nativas já pode ter ocorrido no país.

Já foram autorizadas plantações experimentais do EH1 em sete estados do sul dos Estados Unidos e, atualmente, a solicitação da ArborGen para a desregulamentação está sendo avaliada pelo USDA – a mesma instituição que financia a pesquisa com árvores transgênicas e é sabidamente frouxa em sua regulamentação da biotecnologia. O Relatório de Impacto Ambiental, uma análise dos seus impactos cumulativos sobre a água, a saúde humana, a qualidade do ar e da terra, etc, deve ser divulgada em breve, mas a resistência a árvores transgênicas está crescendo à medida que as pessoas se tornam cada vez mais conscientes dos seus riscos. Antes de o USDA encerrar o período de discussão pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental sobre as plantações experimentais com eucaliptos GM, mais de 40.000 pessoas enviaram comentários públicos se opondo aos testes. Em maio de 2013, o maior protesto contra as árvores transgênicas aconteceu quando centenas de manifestantes protestaram em frente à Conferência de Biotecnologia de Árvores, evento bianual organizado pela União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal. Em novembro de 2013, uma reunião de estratégia da oposição às árvores aconteceu nos Estados Unidos, reunindo muitos grupos que trabalham para divulgar os riscos das árvores transgênicas. Em 14 de maio de 2014, os manifestantes

interromperam um evento corporativo patrocinado pela ArborGen. Agora, a campanha para acabar com as árvores transgênicas é uma coalizão internacional de grupos de todo o mundo pedindo sua proibição, e está crescendo em apoio público.

Nos Estados Unidos, a resistência às árvores transgênicas já enfrentou a repressão do Estado. Quando palestrantes das organizações Global Justice Ecology Project e Everglades Earth First! fizeram uma turnê de divulgação no sudeste dos Estados Unidos, em outubro de 2013, um dos eventos foi cancelado pela Universidade da Flórida quatro dias antes da data prevista. A Universidade está envolvida na pesquisa com árvores transgênicas e tem plantações experimentais de Pinus taeda geneticamente modificadas. Após o cancelamento, a Universidade não fez qualquer tentativa de ajudar os palestrantes. Ao tentar falar com alguém no campus sobre esse cancelamento, eles foram banidos da universidade por três anos. Na sua próxima parada universitária na Flórida, o FBI entrou em contato com o reitor do campus e, embora as negociações tenham lhes permitido fazer a palestra, um guarda armado esperou do lado de fora até que o evento terminasse.

As plantações de árvores não são florestas, e as árvores transgênicas, que se destinam a ser cultivadas em plantações, não são árvores. O plano da indústria para um futuro de árvores transgênicas é mais um exemplo da desconexão distorcida da natureza que o capitalismo industrial facilita. Apresentadas como uma “solução para a mudança climática”, as árvores transgênicas ameaçam simplesmente agravar os impactos sobre as florestas e sobre as pessoas cujas vidas dependem de florestas saudáveis. Atores globais estão agindo rapidamente para liberar as árvores transgênicas, de forma que é imperativo que a resistência cresça para que salvemos o futuro das florestas, que é também o nosso futuro.

Ruddy Turnstone, ruddy@globaljusticeecology.org
Global Justice Ecology Project, membro da campanha STOP GE trees

(1) APHIS Notification, Permit, and Petition Data. Biotechnology Regulatory Services, APHIS, USDA. Última atualização em 2 de setembro de 2014. Acessado em 3 de setembro de 2014.

(2) Partnership for Policy Integrity. Trees Trash and Toxics: How Biomass Energy Has Become the New Coal. Abril de 2014.

Leituras complementares

- Reuters. [ArborGen Partners with University of Florida to Advance Pine-Based Biofuels as Part of a 6.3 Million Dollar DOE-ARPA-E grant](#). 4 de outubro de 2011.
- Centro de Segurança Alimentar. [Genetically Engineered Trees: The New Frontier of Biotechnology](#). Novembro de 2013.
- Mitra, Maureen Nandini. [Anti GE Tree Activists Kicked Off Florida University Campus, Spied on by FBI](#). Earth Island Journal. Dezembro de 2013.

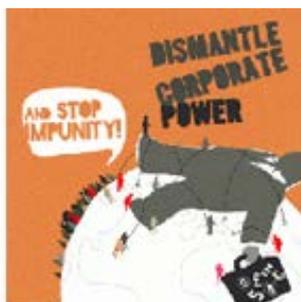
POVOS EM AÇÃO

Fórum-oficina em Honduras denuncia os impactos da expansão do dendê (palma). “Nos enchem de dendê e nos deixam sem comer”



A rápida expansão do cultivo de dendê em Honduras deixou impactos socioambientais profundos nas populações negra, indígena e camponesa, afetadas gravemente em seu legítimo direito à terra, à alimentação, a uma vida digna, juntamente com a criminalização profunda de sua luta de resistência. A necessidade de analisar, discutir a fundo e buscar estratégias comuns para enfrentar um modelo de produção que concentra territórios e desloca comunidades foi um dos principais objetivos do fórum-oficina “Biocombustíveis, dendê e seus efeitos sobre a soberania alimentar”, realizado no dia 9 de setembro, na cidade de La Ceiba, Honduras. A atividade envolveu mais de 170 pessoas e dezenas de movimentos e organizações sociais, populares e sindicais da região.

Leia o artigo completo (em espanhol) [aqui](#).



Mobilização e organização para deter a captura corporativa da cúpula climática convocada por Ban Ki-moon, em Nova York, nos Estados Unidos. Mais de 330 organizações, movimentos sociais e redes internacionais denunciam publicamente a captura corporativa das negociações sobre o clima, que terá lugar de 19 a 23 de setembro na sede da ONU, em Nova York. A declaração, divulgada em 16 de setembro, destaca a necessidade de mudar o modelo econômico em vez de buscar iniciativas baseadas na lógica do mercado, como REDD, Agricultura climaticamente Inteligente e Energia Sustentável para Todos. A declaração também convoca à organização e à mobilização em Nova York e no mundo, para impulsionar um processo de transformação das causas estruturais da crise climática.

[Lea a declaração \(em espanhol\)](#).



A campanha “Parem as Árvores Transgênicas” exige que o FSC mantenha as árvores transgênicas fora!

Há muito tempo, O WRM vem denunciando a forma como o Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC) certificou equivocadamente milhões de hectares de plantações de monoculturas de árvores, beneficiando principalmente os interesses das empresas que promovem as plantações. Um dos poucos aspectos que o FSC ainda não alterou em favor das corporações é que ele não permite o uso de árvores geneticamente modificadas (GM) nas áreas que certifica. O FSC foi sendo pressionado pela Suzano, seu membro, proprietária da empresa de biotecnologia FuturaGene, a qual desenvolve eucaliptos transgênicos. Por meio de uma carta aberta, os membros da campanha internacional “STOP GE Trees” pediram que o FSC continue se opondo a árvores transgênicas. Durante a última Assembleia Geral do FSC (7 a 14 de setembro) as árvores transgênicas não foram aprovadas. [Baixe a carta aqui](#) (em inglês)

Site da campanha [Stop GE Trees](#) (em inglês)

Leia também o artigo relacionado, do [FSC Watch](#) (em inglês)



Exija justiça para os líderes tribais da Amazônia assassinados por madeireiros

Quatro líderes do povo Ashéninka, da Amazônia peruana, foram assassinados por madeireiros ilegais que operam em suas terras. Entre eles estava Edwin Chota, destacado ativista que se opõe ao desmatamento e que lutou pelo direito do seu povo a obter títulos de suas terras e expulsar madeireiros ilegais que invadiram suas florestas na fronteira brasileira. [Assine o abaixo-assinado](#) (em inglês).

Veja, também, a [nota da AIDSESEP](#), a organização indígena à qual os quatro líderes eram filiados (em espanhol).



Organizações de base na França alertam os participantes do Simpósio Internacional sobre Agroecologia para Segurança Alimentar e Nutrição, organizado pela FAO

A Confédération Paysanne, seção francesa da Via Campesina, a Amigos da Terra – França e outros reafirmam que a agricultura camponesa é o único tipo de agricultura: não é compatível com os “serviços ecossistêmicos” ou com a noção de “capital natural”, nem com a participação de indústrias agroalimentares e químicas presentes no simpósio realizado em 18 e 19 de setembro. Essa visão econômica da natureza não atende a práticas agroecológicas camponesas, e sim procura abrir novos mercados para as multinacionais que se beneficiam do reforço da sua imagem. Essas alianças e a agricultura assim formada não correspondem a nossas ambições de justiça social – pelo contrário, prejudicam suas bases.

[Leia a declaração completa](#) (em espanhol).

RECOMENDADOS



Pronunciamento internacional de solidariedade ao povo hondurenho diante da expansão das plantações de dendê em seus territórios

Representantes de organizações de diferentes países da América Latina e de redes internacionais, reunidos em La Ceiba, Honduras, constataram, por meio de testemunhos locais, a grave situação enfrentada por comunidades camponesas, indígenas e garífunas devido ao avanço voraz da monocultura de dendê. Os povos denunciam as graves violações dos direitos humanos, a expropriação e o desalojamento, a criminalização da luta pela defesa dos territórios, e as ameaças e perseguições que há vários anos são impostas para favorecer os interesses empresariais, em claro detrimento dos direitos coletivos. A Aliança pela biodiversidade, a Amigos da Terra – América Latina e Caribe, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e a Rede contra as Monoculturas de Árvores na América Latina e Regional Latino-Americana da UITA alertam para a gravidade da situação e exigem que o governo de Honduras reconheça e restaure os direitos

territoriais e ancestrais dos povos indígenas.

[Leia o texto completo do posicionamento](#)



Tailândia: populações da floresta precisam de uma voz

Na Tailândia, tanto o exército quanto os governos civis definem as florestas como uma “mata sem habitantes”, negligenciando que as florestas tropicais sempre foram o lar de comunidades indígenas e camponesas. Algumas leis têm definido as populações locais como invasoras ilegais, permitindo despejos forçados como principal medida para “preservar a terra” – muitas vezes incluindo o estabelecimento de plantações de monoculturas. Autoridades florestais têm intensificado a repressão contra as comunidades da floresta que estão clamando por mudanças no manejo florestal, pressionando por um grandioso plano de reflorestamento que pode gerar uma escala de despejos forçados ainda maior do que os planos de reflorestamento do governo anterior.

[Leia o artigo completo](#) (em inglês)



“Planet Palm Oil: peasants pay the price for cheap vegetable oil”, a publication from GRAIN,

A produção de óleo de palma (dendê) barato tem um preço alto: a destruição das florestas tropicais, a exploração dos trabalhadores e a brutal grilagem de terras. Já que está se tornando mais difícil para as empresas de óleo de palma obter terras na Indonésia e Malásia, a atenção delas está se voltando para a África como a nova fronteira para a produção de óleo de palma para exportação a baixo custo.

[Veja publicação](#) (em inglês e francês)



China: Maior esquema de reflorestamento do mundo não protege as florestas naturais e ameaça ainda mais

Um estudo da Agroforestry World mostrou que, embora tenha aumentado a quantidade de cobertura arbórea com um programa de reflorestamento e “pagamento por serviços ecossistêmicos”, a China não foi capaz de proteger as florestas naturais. Plantações para a obtenção de borracha e madeira para celulose substituíram florestas naturais em terrenos inclinados. A equiparação de plantações e florestas nas políticas e estatísticas de manejo florestal permite que os governos escondam os graves impactos ambientais que as plantações causam. As plantações voltadas a borracha e madeira para celulose estão sendo realizadas em reservas naturais, áreas protegidas nacionais e em importantes bacias hidrográficas protegidas.

[Leia o artigo completo](#) (em inglês).



Brasil: organizações brasileiras entregam carta contra uso comercial de eucalipto transgênico pela Suzano, mas só depois da audiência pública

No último dia 4 de setembro, ocorreu em Brasília uma audiência pública para tratar do pedido da empresa Suzano (FuturaGene) para o plantio e uso comercial do primeiro eucalipto transgênico no país. Organizações brasileiras que assinaram uma carta-denúncia contra a aprovação desse pedido ([Veja a carta aqui](#)), junto a cerca de 260 organizações de mais de 40 países, tentaram em vão ler a carta durante a audiência, o que não foi permitido pelo presidente do Conselho de Biossegurança (CTNBio). Além disso, ele beneficiou a Suzano durante a audiência ao permitir mais falas favoráveis a seu projeto do que falas contrárias. Só depois de terminar a audiência, André Dallagnol, assessor jurídico da organização Terra de Direitos, conseguiu entregar a carta-denúncia ao Presidente do Conselho e protocolar a mesma junto à CTNBio.

Para um relato detalhado da audiência (em português), [veja aqui](#).



Publicação “Novas tendências na expansão dos monocultivos industriais de árvores na América Latina”, produzida pelo WRM

A área de plantações de eucaliptos e pinus na América Latina, a partir da ação de empresas nacionais e transnacionais, duplicou seu tamanho nas últimas três décadas com o objetivo principal de produzir madeira para celulose. O WRM detectou várias novas tendências nesse processo de expansão, tais como a expansão do monocultivo do dendê (palma africana), o avanço das pesquisas com árvores transgênicas, o fenômeno da “economia verde” ou a crescente participação do capital financeiro-especulativo. Sobre estas, publicou-se “Novas tendências na expansão dos monocultivos industriais de árvores na América Latina”, buscando alertar e difundir informações sobre essas tendências.

[Veja a publicação](#) (em espanhol e português).

Madeira Indonésia: floresta de turfa desmatada não tem alto valor de conservação

Para a empresa madeireira indonésia Asia Pacific Resources International Holdings Limited (APRIL), o desmatamento numa floresta de turfa em uma ilha de Sumatra está “em sintonia com sua Política de Manejo Florestal Sustentável”, pois, na visão da APRIL, a área não tinha alto valor de conservação. Diferenças nas visões do



Greenpeace e da empresa sobre o que é considerado alto valor de conservação permitem à APRIL colher os benefícios de relações públicas de seu compromisso voluntário de não desmatar florestas de alto valor de conservação em todas as suas concessões, incluindo a concessão de Pulau Padang, apesar de a ONG apresentar documentação clara mostrando que a APRIL destruiu floresta de turfa profunda. Leia o artigo completo (em inglês):

<http://news.mongabay.com/2014/0617-april-letter.html>